



UFRJ

LABEDIS

Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som

POLÍTICA LINGUÍSTICA E POLÍTICA DE LÍNGUAS INDÍGENAS

- Tania Clemente de Souza
- Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas – Museu Nacional/UFRJ



BRASIL PAÍS PLURILÍNGUE

No Brasil, são faladas mais de 200 línguas . Como se dá a administração dessas línguas?

Como diz Orlandi (2012), não há país que tenha uma só língua, e não há Estado que decreta sua(s) língua(s) oficiali(s), nacionai(s), sem que o faça no contato com as múltiplas línguas. Línguas, no caso, entendidas como fato social em funcionamento sob certas condições.

- Voltando à pergunta, como se dá a administração dessas línguas?

Pelas relações de poder – quando se determina a língua oficial, a língua boa, a língua de ensino – e pelas relações entre as línguas entre si em condições historicamente determinadas. A partir dessas relações, então, é que chegamos à distinção entre Política Linguística e Política de Línguas.



POLÍTICA DE LÍNGUAS INDÍGENAS

Quando pensamos na proposta deste curso, a intenção é trazer a público os muitos trabalhos que, na perspectiva da Análise de Discurso (com a qual trabalho), investem no movimento de política de línguas em várias direções, seja com retomadas, ressurgências, ou co-oficalizações de línguas. E pensar ainda nesse movimento, vale trazer aqui a discussão de Orlandi (idem) entre o discurso do multilinguismo e o discurso da globalização.



MULTILINGUISMO E GLOBALIZAÇÃO

“Essa formação ideológica da globalização, a que se agrega o multilinguismo, se constitui de uma contradição entre seu discurso formal universalizante e sua prática concreta de segregação. É uma formação ideológica que, frequentemente, produz a redução das culturas a museus, museifica as relações com línguas locais, se prende a um multiculturalismo empobrecedor, que faz idealmente a apologia da diferença e da multiplicidade, mas impõe, na prática, um monolinguismo fechado que silencia a pluralidade linguística necessária à dinâmica das sociedades e dos sujeitos no mundo.” Orlandi (2012; p.7)



LÍNGUAS E PROCESSOS DE SILENCIAMENTO

Para a AD, todo e qualquer enunciado não escapa ao político. Político, no sentido de disputa de sentidos, de partição na e pelas línguas. E é a partir dessa definição de político, que gostaria de continuar em torno de duas questões: por que falo de línguas silenciadas, e não de línguas extintas, ou mortas? e que relação o sentido de línguas silenciadas tem a ver com política de línguas?



LÍNGUAS SILENCIADAS

A decisão de falar em línguas silenciadas não é por uma questão de eufemismo, mas sim por razões de ordem política e teórica. “Silenciar não é calar, mas impedir que certos sentidos circulem.” (Orlandi, 1992). Silenciar é impedir que certos sentidos indesejáveis transitem no bojo do discurso social, aquilo que é permitido dizer, como assinala Pêcheux (1975). Assim, não podemos dizer x, dizemos y.

Se as línguas se silenciam, estas não se calam. Não se extinguem. Migram para outros lugares. Afinal, há as línguas imaginárias, como as oficiais, e há as línguas fluidas, como definem Orlandi e Souza (1988).



As línguas se silenciam, mas são ouvidas na denominação dos povos indígenas – Puri, Tupinambá, Murá, Baré... -, ecoam o tempo todo, toda vez que se repetem os nomes dos povos. Se as línguas se extinguem, extinguem-se os povos, os saberes, a cultura de todos que assim se nomeiam?

As línguas se silenciam, mas ressoam na memória de todos aqueles que um dia tiveram contato com a sua materialidade física. Que lembram da avó, que ao final de tarde ecoavam alguma canção. Que lembram de serem embalados com a língua da qual, certamente, reconhecem a sonoridade, o ritmo, inscritos no nome de alguma planta, de uma artefato qualquer, e até no nome próprio. São línguas que não precisam de um significado imanente, basta a sua significância.



A migração das línguas se dá também no trabalho contínuo de gestos políticos de retomada, de revivência, recorrendo-se a sábios e lembradores. Nos gestos de co-oficialização de diversas línguas, garantindo uma certificação jurídica. Esses gestos – da ordem do político, da ordem do discurso – trabalham na contramão de extinção e investem no silenciamento como linha de fuga, enfim com resistência. Obrigada.

